



**ENAN
PUR** 2023
Belém 22 a 26 de maio



De Lugares a Cidades: A Formação do Urbano na Ilha de Marajó, PA, e as Temporalidades¹

Sandra Maria Fonseca da Costa

PPGPLUR – Universidade do Vale do Paraíba

Gustavo Rodrigo Milaré Montoia

LabCit – Universidade do vale do Paraíba

Monique Bruna Silva do Carmo

LabCit – Universidade do vale do Paraíba

Viviana Mendes Lima

PPGPLUR – Universidade do Vale do Paraíba

Lucas de Souza Santos

PPGPLUR – Universidade do Vale do Paraíba

Sessão Temática XX: ST6 - Cidade, história e identidade cultural

Resumo. Neste artigo, busca-se fazer uma análise-regressiva, olhando para a mesorregião da Ilha do Marajó, Pará, a partir do processo histórico de estruturação do território, entre os anos de 1780 e 1920, considerando a importância de compreendermos as dinâmicas que transformaram o espaço, quanto as suas permanências. A escolha da área de estudo se justifica pela necessidade de compreender a então ilha de Joannes (Marajó) que se apresentou como um importante espaço de produção de alimentos, entre os séculos XVII e XX, que abasteciam, principalmente, a cidade de Belém e que foram definidoras do processo de urbanização da região, e pela ereção de vários lugares à condição de vila. Para a elaboração do artigo, foram utilizados documentos históricos (Ensaio Corográfico Sobre a Província do Pará, Notícias Históricas de Joannes), dados estatísticos do censos (eclesiásticos ou governamentais), entre outras informações.

Palavras-chave: Lugares; Cidades; Temporalidades; Pequenas Cidades; Singularidades.

From Places to Cities: The Development of Urban Space in Ilha de Marajó, PA, and its Temporalities

Abstract. In this article, we seek to carry out a regressive analysis, looking at the mesoregion of Ilha do Marajó, Pará, from the historical process of territory structuring, between the years 1780 and 1920, considering the importance of understanding the dynamics that transformed the space, as well as its permanences. The selection of the study area is justified by the need to understand, at that moment, the island of Joannes (Marajó), which was presented as an important food production space, between the 17th and 20th centuries, which mainly supplied the city of Belém and which were defining elements of the region's urbanization process, and for the erection of several places to the condition of villages. Historical documents were used (Chorographic Essay on the Province of Pará,

¹ Os autores agradecem às agências fomento à pesquisa CAPES, pela bolsa de mestrado, CNPq, pela bolsa de produtividade (processo nº 309924/2020-0), FAPESP-Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pelo projeto de pesquisa (processo 2016/25979-8), e a CAPES – CoCoordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo bolsa de pós-doc, sem as quais a realização desta pesquisa seria inviável.

Historical News of Joannes) for the elaboration of this article, as well as statistical data from censuses (ecclesiastical or governmental), among other information.

Keywords: Places; Cities; Temporalities; Small cities; Singularities

De los lugares a las ciudades: la formación de lo urbano en la isla de Marajó, Pará, y las temporalidades.

Resumen. *En este artículo, buscamos realizar un análisis regresivo, mirando la mesorregión de Ilha do Marajó, Pará, a partir del proceso histórico de estructuración del territorio, entre los años 1780 y 1920, considerando la importancia de comprender la dinámica que transformó la el espacio, así como sus permanencias. La elección del área de estudio se justifica por la necesidad de comprender la entonces isla de Joannes (Marajó), que se presentaba como un importante espacio de producción de alimentos, entre los siglos XVII y XX, que abastecía principalmente a la ciudad de Belém y que fueron definiendo elementos del proceso de urbanización de la región, y para la erección de varios lugares a la condición de aldeas. Para la elaboración del artículo fueron utilizados documentos históricos (Ensayo Corográfico sobre la Provincia de Pará, Noticia Histórica de Joannes), datos estadísticos de censos (eclesiásticos o gubernamentales), entre otras informaciones.*

Palabras clave: Lugares; Ciudades; temporalidades; Pequeñas ciudades; singularidades.

1. Introdução

“A partir do encontro com o passado, se reencontra o presente”². Esta fala é um pensamento presente em vários estudos sobre o urbano. A partir da compreensão do passado de uma localidade, consegue-se analisar o seu presente e futuro. Sendo o espaço é uma totalidade social (SANTOS, 1985), Milton Santos explica que

(...) cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual. Assim, temos, paralelamente, de um lado, um conjunto de objetos geográficos distribuídos sobre um território, sua configuração geográfica ou sua configuração espacial e a maneira como esses objetos se dão aos nossos olhos, na sua continuidade visível, isto é, a paisagem; de outro lado, o que dá vida a esses objetos, seu princípio ativo, isto é, todos os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento (SANTOS, 1985, p.11).

Milton Santos introduz uma discussão, presente na teoria marxista, sobre a “dimensão temporal no estudo da organização do espaço”. Para o autor, isto “envolve considerações numa escala muito ampla, isto é, a escala mundial” (SANTOS, 1985). Fernandes (2022) resgata esta discussão em Lefebvre (2011 apud FERNANDES, 2022, p.112-116), ao apresentar o método dialético regressivo-progressivo. Lefebvre, de acordo com o autor, explica que este procedimento obedece a três momentos (FERNANDES, 2022, p.112-116):

- a) O descritivo: momento inicial, quando o investigador descreve as relações sociais, que produzem os elementos estruturantes, pois, olhar para o futuro nos conduz olhar, de forma atenta para o hoje;
- b) O Análise-regressiva: segundo momento, vai do hoje ao ontem e explora a noção de que o espaço atual ilumina este mesmo espaço no passado. Fernandes (2022) comenta que estão “incrustados no espaço atual todas as relações e todos os agentes sociais, os contextos sócio-culturais, políticos e econômicos, assim como as técnicas e os modelos pretéritos que concorreram para a sua produção”;
- c) O Histórico-genérico: com o passado jogam luz sobre o presente, deve-se estar ciente não apenas “dos contextos sociais, políticos e econômicos, onde se dá a produção e

² Fala proferida pela Profa Dra Maria Isabel Chrysostomo, durante o XVII SIMPURB, em Curitiba, no dia 12 de novembro de 2022, no GT 7 - Geografia histórica urbana.

reprodução do espaço analisado, mas também as identidades dos agentes sociais envolvidos”.

Neste artigo, amparados por estas visões, principalmente a Análise-regressiva, nos propomos a olhar para uma mesorregião que teve um papel muito importante no processo de estruturação do território paraense, a Ilha de Marajó, localizada no estado do Pará, que tem uma dinâmica urbana mais complexa do que se percebe. Esse retorno ao passado é importante para percebermos as dinâmicas que transformam os espaços em relação as permanências. Maurício de Abreu (ABREU, 2011, p. 539) explica que “A organização territorial é um campo fértil para a descoberta dessas heranças do passado”. Dessa forma, estudar a história das cidades permite compreender sua formação atual, os fatores que ocasionaram a organização da cidade atual. Analisar sua história e seu crescimento, situações que condicionam o hoje, é discutir as singularidades destes diferentes urbanos, visto que o passado é uma das dimensões mais importantes da singularidade das cidades (ABREU, 1998).

A partir desta ideia, compreende-se que entender uma cidade, na atualidade, passa por resgatar o processo histórico de sua formação. No caso da Amazônia, as cidades pretéritas

não são apenas eventos localizados num espaço geográfico, mas determinações de espaço e tempo enquanto produtos históricos que ultrapassam a noção de localização e de duração para vincular-se à dimensão da história e da produção e reprodução não apenas de objetos, mas principalmente da vida (OLIVEIRA, 2006, p.1).

No caso das pequenas cidades, da Região, esse resgate pode nos ajudar a entender como esses lugares alçaram a condição de vilas e cidades, sua importância para a província, em que contexto se inseriram e para atender quais interesses. Neste sentido, este artigo tem como objetivo apresentar o processo de formação das cidades da mesorregião do Marajó, entre o século XVII, quando se iniciou o processo de ocupação da região, e o início do século XX, logo após o início da Primeira República, quando o período da economia da borracha³ alcançou o seu ápice, pois, no momento de formação e estabelecimento da cidade de Belém, a então ilha de Joannes (Marajó) se apresentou como um importante espaço de produção de alimentos, que abasteciam a cidade. Esta dinâmica foi definidora do processo de urbanização da região do Marajó, e pela ereção de vários lugares à condição de vila.

Para a elaboração deste artigo, foram utilizados documentos históricos, tais como: relatórios de viagem do Frei Caetano Brandão, bispo do Pará”, entre os anos de 1784 a 1788; o “Ensaio Corográfico Sobre a Província do Pará”, publicado em 1839, a partir do trabalho de Baena; a publicação “Notícia histórica da Ilha de Joannes ou Marajó”, de Ferreira Penna (1876). Apesar destes relatos serem baseados na percepção individual, permitiu compreender a imagem das localidades, no século XIX, para nos dar direcionamento das análises da dinâmica espacial, na contemporaneidade. Esse caminho metodológico, para a construção de informações históricas, é indicado por Vasconcelos (2010, p. 149), quando menciona sobre carência de dados estatísticos “em intervalos regulares, como o dos Censos (eclesiásticos ou governamentais), que são normalmente precários e “raramente disponíveis para o conjunto das subdivisões das cidades”. Assim, esses relatos nos permitiram entender como eram essas localidades, o modo de vida, a cultura e a intensidade de suas mudanças espaciais.

A partir destas fontes, foram construídos croquis da situação das cidades de Marajó, sobre o número de moradores, em diferentes momentos do século XIX e início do século XX. Assim, foi possível examinar os agentes mais importantes, externos e locais, que contribuíram para

³ O apogeu da economia da borracha foi entre 1860 e 1910 (OLIVEIRA, 2006).

dinamizar os espaços urbanos da Ilha de Marajó, como o Estado, a Igreja, os Agentes Econômicos, os diferentes estratos da população (VASCONCELOS, 2010, p. 155).

2. As Pequenas Cidades da Amazônia e Sua Importância par a Região

Segundo Castro (2006, p.14), “a cidade representa formas múltiplas de exercício de poder, de ocupação do espaço e de apropriação de seus recursos e, por isso, *locus* de tensão, competitividade e de diferenciações que afetam a organização social no seu conjunto”. Para Maurício de Abreu (ABREU, 1998, p.79), a globalização permitiu uma “homogeneização do espaço global”, ou seja, contribuiu para que ocorra uma aproximação, mesmo que virtual, entre os lugares, o que contribuiu para que os lugares ficassem muito parecidos. Entretanto, o autor adverte que este processo tem estimulado os lugares a buscar por uma individualidade que os distinguem dos demais, por meio da busca de suas singularidades. Neste aspecto,

o passado é uma das dimensões mais importantes da singularidade. Materializado na paisagem, preservado em instituições de memória, ou ainda vivo na cultura e no cotidiano dos lugares, não é de se estranhar, então, que seja ele que vem dando o suporte mais sólido a essa procura de diferença. A busca da identidade dos lugares, tão alardeada nos dias de hoje, tem sido fundamentalmente uma busca de raízes, uma busca de passado (ABREU, 1998, p. 79).

Abreu (1998) elucida que, a partir desta busca, o passado das cidades foi “revalorizado”, sendo a “memória urbana” um elemento fundamental para a compreensão desse passado. Assim, as “memórias coletivas se eternizam muito mais em registros, em documentos”, do que na paisagem, e, assim, estes documentos transformam a memória coletiva e a memória histórica e preservam a memória das cidades (ABREU, 1998, p.85). Para o autor, a cidade é um dos lugares no qual essas memórias são mais resistentes, porque liga os indivíduos, famílias e grupos sociais. Assim, nestes lugares, coexistem “em qualquer momento do tempo, inúmeras memórias coletivas” (ABREU, 1998, p. 86).

As pequenas cidades, um urbano que predomina no território brasileiro, pois mais de 80% das cidades⁴ no país possuem menos de vinte mil habitantes, precisam ser estudadas a partir de suas singularidades, para que haja uma compreensão de que estas cidades se diferenciam e são singulares na sua existência.

Correa (2011, p.06) explica que

A pequena cidade tem diversas origens, não apenas considerando-se o período de sua criação, mas também face às motivações, agentes sociais e ao padrão de localização que condensa necessidades e possibilidades de criação de núcleos de povoamento. Trata-se de habitat concentrado que ora antecede o povoamento da hinterlândia, ora verifica-se posteriormente. Fala-se, respectivamente em habitat concentrado primário e habitat concentrado secundário.

Assim como qualquer outra cidade, a pequena cidade resulta de inúmeros processos formativos. Correa (2011, p.07) comenta que “se caracteriza por ser um centro local, isto é, um centro que exerce centralidade em relação ao seu território municipal, sua hinterlândia, onde vive uma população dispersa dedicada sobretudo às atividades agrárias” (CORREA, 2011).

⁴ No Brasil, o conceito de cidade relaciona-se à sede administrativa de qualquer município, independente do seu tamanho populacional.

Sposito e Jurado da Silva (2013) explicam que estas cidades são “um recorte empírico/teórico do fato urbano. Apesar da dimensão espacial específica, a cidade pequena possui, ainda, uma totalidade particular que a anima e a movimenta”.

Há, nesse universo, cidades pequenas muito distintas entre si e que apresentam particularidades e singularidades que devem ser estudadas com prudência porque não se pode fazer generalizações e simplificações, propondo-se uma regra universal e categórica para a definição desses centros (SPOSITO; JURADO SILVA, 2013, p.25).

As pequenas cidades correspondem a mais de 85% das cidades na região Amazônica. Apesar de não agregarem a maior parte da população regional, estas cidades possuem um papel importante para a população e suas relações sociais, culturais e econômicas. Sobre as pequenas cidades, Oliveira (2006, p.27) menciona que

É preciso falar delas para compreender a Amazônia, não porque são importantes do ponto de vista econômico e político, mas porque são lugares em que pulsam modos de vida que diferem significativamente do padrão caracterizado como urbano e predominante em outras regiões do Brasil.

José Aldemir Oliveira (OLIVEIRA, 2004), um grande geógrafo, que nos brindou com importantes discussões sobre o urbano na Amazônia, aponta alguns parâmetros que ajudam a definir o conceito de pequena cidade. O autor considera, além da demografia, a baixa articulação com as cidades do entorno; atividades econômicas quase nulas com o predomínio de trabalho nos serviços públicos; a precária capacidade de oferecer serviços, sobretudo os básicos, ligados à saúde, educação e segurança; predominância de atividades consideradas como rurais.

Nesta discussão, sobre as pequenas cidades amazônicas, ribeirinhas por natureza, o professor José Aldemir, como um poeta, explica que

As pequenas cidades amazônicas não são apenas produtos do nosso tempo, mas de tempos pretéritos cristalizados na paisagem. Por seu turno, a paisagem urbana não se resume ao conjunto de objetos, pois contém modos de vida os quais, como os primeiros, são resultantes das relações de produção continuamente produzidas, reproduzidas, criadas e recriadas, contendo as dimensões da sociedade de cada tempo. Essa paisagem urbana também comporta as coisas da natureza. (...)

Para compreender esse processo é preciso considerar a paisagem para além do aparente. Para tanto, é preciso atravessar o rio, pois, do outro lado, há sempre a esperança. A complexidade contemporânea não permite compreender as novas cidades apenas relacionando-as à crise, emersa nos diagnósticos das carências, mas também como virtualidades, como possibilidades (OLIVEIRA, 2006, p. 29).

Considerando estas discussões, no sentido de reforçar que as singularidades existem, que diferenciam estas pequenas cidades, e que o processo histórico permite construir estas análises, este artigo apresenta o processo de formação das cidades da Região Imediata de Breves, ou mesorregião da ilha de Marajó, localizada no estado do Pará, pois é uma discussão importante para a nossa pesquisa, sobre a dinâmica destas cidades. Não podemos deixar de mencionar que a formação das cidades amazônicas está ligada ao papel que o setor primário, principalmente a economia extrativista da borracha, exerceu no povoamento, no fortalecimento das redes de cidades e no processo de urbanização (CASTRO, 2008).

3. A Área de Estudo – A Mesorregião da Ilha de Marajó ou a Região Intermediária de Breves

A mesorregião do Marajó é uma das seis mesorregiões do Estado do Pará. Em uma nova denominação do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), esta mesorregião aparece denominada Região Intermediária de Breves, formada pelas regiões imediatas de Breves e de Soure-Salvaterra (figura 1).



Figura 1. Localização da Região Intermediária de Breves - Ilha de Marajó (Fonte: Elaborada pelos autores, 2022).

É formada pela união de dezesseis municípios. A população total da região, em 2010, era de 487.010 habitantes, sendo 147.295 moradores urbanos, o que correspondia a 30,3%, segundo o Censo de 2010 (IBGE, 2011). Segundo estimativas do IBGE (2022), a população total aumentou em 18,5%, totalizando 579.811 habitantes. Todas as sedes administrativas dos municípios possuem menos de 50 mil habitantes e são consideradas pequenas cidades. Entretanto, de acordo com o Censo de 2010 (IBGE, 2011), aproximadamente, 86% (14) são cidades com menos de 21 mil habitantes.

A atividade com maior valor adicionado bruto está no setor de administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, ou seja, há uma dependência econômica muito forte do setor público, em todos os municípios. Em segundo lugar, aparece as atividades econômicas relacionadas à produção florestal, pesca e aquicultura, que reflete a relação mais usual existente entre cidade e recursos da floresta, como ressaltado por Oliveira (2006).

As dezesseis cidades da mesorregião do Marajó surgiram entre o século XVIII e início do século XX, figurando entre as mais antigas do estado do Pará. Neste processo, o Estado aparece como um dos mais importantes agentes estruturados do espaço regional, como será discutido na próxima seção.

4. O Processo de formação das cidades da Ilha de Marajó

Estudar o processo histórico de formação das cidades da mesorregião da Ilha de Marajó significa reconhecer a sua importância, e singularidade, no particular processo de urbanização da Amazônia. No entanto, tais cidades, por serem pequenas, são invisibilizadas pelos problemas metropolitanos e a sua importância se esvai no mar urbano do aglomerado metropolitano, liderado por Belém. Entretanto, o processo de ocupação e a dinâmica econômica da Ilha conduziu a formação de freguesias, vilas e cidades, que respondiam aos anseios da elite local.. Considerando estas discussões, esta seção apresenta os resultados relacionados ao processo de ocupação da Ilha de Marajó e as principais características destas vilas ou cidades, entre os séculos XVIII e início do século XX, que marcaram as cidades e estabeleceram uma economia local, relacionada aos recursos da floresta e à produção bubalina.

Cardoso e Muller (1977, p.21-22) descrevem que:

O povoamento da Amazônia ocorre durante os séculos XVII e XVIII, quando os portugueses, a partir de Recife e Salvador, se deslocam para a região com a finalidade de afastar os concorrentes ingleses, holandeses e franceses que se apoderavam das “drogas do sertão” (canela, cravo, anil, cacau, raízes aromáticas, sementes oleaginosas, madeiras, salsaparrilha etc). Desse movimento surgem São Luís do Maranhão, Belém do Pará, Macapá, no extremo norte, e Manaus, na confluência do rio Negro e Amazonas {...}. Da má sorte dos colonos no Maranhão, em virtude da queda do mercado açucareiro e de outros produtos (1650/70) e da necessidade de lutar pela mão-de-obra indígena frente à reação dos jesuítas, resultou uma enorme expansão territorial durante o século XVII até aos meados do século seguinte.

Ao longo da ocupação da Amazônia, a coroa portuguesa criou vilas e cidades, para garantir a posse do território e, ao mesmo tempo, proteger a nova colônia de possíveis invasões. Esse processo ocorreu, primeiro, ao longo do litoral e, depois, nas margens dos rios (ABREU, 1997). Segundo Abreu (1997, p. 276), com a Conquista Portuguesa, foram transplantados para o Brasil os costumes da metrópole de controle territorial, dentre as quais, sobressaíram “a adoção de um sistema municipalista de base urbana e de raízes romanas, cujas manifestações materiais foram o arraial ou o povoado, a vila e a cidade”. Dentre esses, apenas o arraial teve origem espontânea; os demais surgiram sempre da ação direta ou indireta do Estado. O autor explica que as vilas eram criadas por decisão de donatários e governadores, ou por ordem real e a criação de cidades, por outro lado, sempre foi um atributo exclusivo da Coroa (idem). Essa situação ocorreu na Ilha de Marajó, então conhecida como Ilha de Joannes.

Em seu tempo pretérito, a Ilha era ocupada por nativos. Ibáñez-Bonillo (2019, p. 6) explica que há registros de ocupação da Ilha há milhares de anos, sendo a cultura marajoara a expressão mais complexa dessa tradição.

Amorim (2005, p.88) explica que um dos mecanismos de ocupação desta região foi a instalação de distritos missionários. Em 19 de Março de 1693, a Carta Régia de D. Pedro II (Rei de Portugal) regulamentou a administração dos índios, nativos, por zonas geográficas: “a repartição das missões da vasta Amazônia pelos vários institutos religiosos que lá operavam (Carta Régia de D.Pedro II)”. Amorim descreve que

Houve uma divisão do território, de acordo com as diferentes ordens. Cada aldeia ou missão teve o seu desenvolvimento próprio e muitas constituíram-se como centros populacionais que irradiaram, transformando-se em vilas e cidades.

Marin (2010, p.33) explica que nesse “novo momento missionário dos Jesuítas na ilha de Joannes, eles se tornariam a ordem “mais pujante”, aos quais se responsabilizavam pela “administração temporal e espiritual dos indígenas, reduzindo o poder das outras ordens dos franciscanos, mercedários e carmelitas”. A autora comenta que “indústria pastoril” missionária

era muito produtiva e contava com “milhares de cabeças de gado vacum e cavalas” (MARIN, 2010, p. 33)

Os jesuítas desenvolveram a atividade agrícola e pastoril na região dominada pelo lago Arari.

(...) O poder econômico das ordens dos Mercedários, Jesuítas, Carmelitas residia no tamanho do rebanho. Segundo Ferreira Penna, os frades das Mercês detinham 80.000 rezes, a Companhia de Jesus 60.000 e os Carmelitas 18.000. Esses números seriam subestimados e somente a Companhia de Jesus possuía 134.465 cabeças.

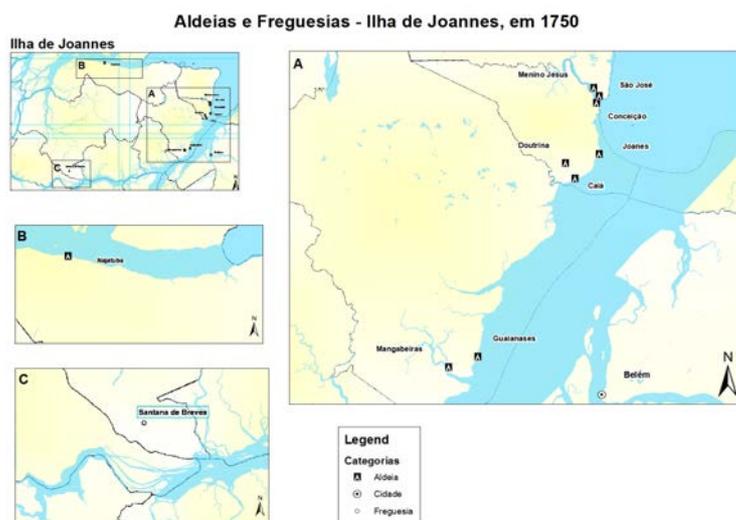


Figura 2. Aldeias e freguesia, existentes na então Ilha de Jonnes, antes de 1750 (Fonte: Elaborada pelos autores, a partir de Ferreira, 1783).

Na Ilha de Joannes, ou Marajó, foram estabelecidas algumas aldeias pelas diferentes ordens, além de várias fazendas, com foi descrito por Ferreira (1783, p.52) e demonstrado na figura 2. O autor ainda descreve quantas localidades existiam na Ilha:

Se de todas estas povoações tirarmos a soma e a ela ajuntarmos o novo lugar que criou o Senhor Capitão General José de Nápoles Telo de Menezes no rio Parauaru, da invocação de Santa Ana dos Breves, vir-se-á no conhecimento que são dez por todas as povoações da Ilha Grande: 5 vilas e 5 lugares, sem nelas, porém, se incluírem ainda as fazendas particulares dos que a cultivam em diversos campos e rios (FERREIRA, 1783, p.52).

Baena (1833) comenta que André Vidal de Negreiros teria proposto a mudança de Belém para a Aldeia dos Aruãs, nominada Aldeia de Meninos Jesus, à embocadura do Rio Paracauari ou Igarapé Grande, na Ilha de Joannes, considerando a importância da produção de carne bovina para alimentar a população da cidade. O lugar em questão, apontado no texto se tornou a cidade de Soure. Esta citação demonstra a importância econômica destas aldeias, fortemente vinculadas à produção de gado vacum. Sabe-se que a produção de gado era intensa. Essas aldeias alimentavam os moradores das cidades estabelecidas, como Belém, com carne considerada de ótima qualidade. O Período Pombalino, quando instituído, mudou as relações da

Coroa com as ordens religiosas e causou mudanças na Amazônia, principalmente em relação ao legado urbano. Baena (1833, p. 273-274) relata a intensidade da produção na região:

O exemplo dos religiosos mercenários, que foram os primeiros estabelecedores nesta ilha de fazendas de gado vacum e cavalar, despertou a Provisão de 27 de outubro de 1702, que determinou aos moradores do Pará que transmutassem das suas roças para a ilha o seu gado vacum e cavalar trazido de Cabo Verde em 1644. Assim se cumpriu em 1703; e a multiplicação deste gado foi tal que na Páscoa de 1726 começou-se a vender carne de vaca em açougue na cidade, e passou a haver grande extração de carnes enxercadas e moxamas, e grande aumento nas rendas do Estado pelo dízimo do gado. (...)

Até o ano de 1803 acharam-se assentadas fazendas na costa setentrional (...). O número destas fazendas era de 226; depois decresceu este número de maneira que hoje somente assoma a 38 na costa setentrional a 75 no resto da ilha, e por conseguinte está ela desfalecida de 113 fazendas. No triênio volvido de 1756 a 1759 a produção da vacaria rendeu ao dízimo no ato da ferra o número de 7.416 reses; no decorrido de 1801 a 1803 a mesma operação distintiva compreendeu 9.499 reses; no de 1807 a 1809 teve o número de 15.830 reses; e no de 1825 a 1827 o de 9.935.

O Período Pombalino, de 1750-1777, instaurado pelo Marquês de Pombal, estabeleceu projetos reformistas “que iam contra o antigo papel desempenhado pela Companhia de Jesus, na América portuguesa. O estado do Grão-Pará e Maranhão foi escolhido para ensaiar algumas das medidas típicas da Era Pombalina” (GLIELMO, 2020, p.16). Ibáñez-Bonillo (2019, p. 8) menciona que, a partir de 1757, a administração das missões mudou de mãos, após a aplicação do Diretório Pombalino, disposição régia que visava assegurar a “civilização” e integração das populações indígenas ao projeto colonial, assumindo que o período missionário havia sido um fracasso em ambos os aspectos. O autor afirma que foi nomeado um diretor para cada uma das novas aldeias e as missões do norte foram renomeadas com um topônimo português.

FERREIRA (1783, p. 52 e 56) menciona esta passagem, ao afirmar que

Haviam, finalmente, administrado em um e outro foro as povoações os mencionados missionários, cuja administração é que mandava Sua Majestade abolir pelo alvará com força de lei de 7 de junho de 1755.

Pôs-se em execução o alvará, nomearam-se as justiças para o governo temporal, na forma da lei que regula as criações das povoações; ficaram incumbidos do espiritual os mesmos missionários, sujeitos, porém, ao Exmo. Bispo, D. Fr. Miguel de Bulhões, que lhes passou as provisões de vigários e, desde esta época, verdadeiramente grande para as cousas do Marajó, tudo levou àquela revolução que necessitava. De aldeias, passaram a vilas as povoações que mais o mereciam (grifo nosso). Os mesmos nomes foram mudados e, por estes substituídos outros que ditou o Exmo. General. A aldeia de Joanes da administração dos padres de Santo Antônio, passou a vila de Monforte; a aldeia de Caiá, da administração dos padres de São Boaventura, passou a vila de Monsarás; a da Conceição, dos mesmos padres, tomou o nome de vila de Salvaterra; a do Menino Jesus, dos padres de Santo Antônio, o de vila de Soure; a de São José, dos mesmos padres, o de lugar de Mondim; a aldeia da Doutrina, no rio Maruacá, que era da administração dos padres de São Boaventura, o de lugar de Condeixa; a aldeia dos Guaianases, dos mesmos padres, o de lugar de Vilar; a aldeia das Mangabeiras, também dos mesmos padres, o de lugar de Ponta de Pedra.

[...] Uma coisa não mudou no meio desta revolução geral, que foi em cada Povoação a invocação da Igreja; ficaram todas sendo as mesmas que tinham quando Aldeias.

Segundo o autor, as povoações que “mereciam” foram elevadas à condição de vila. Os nomes atribuídos às vilas remetem a cidades portuguesas, em uma tentativa da Coroa de afirmar o seu domínio e controle da Região. Assim, as aldeias se tornaram vilas e algumas se mantiveram como lugares, ou simples povoações. Aquelas aldeias mais produtivas, economicamente, se tornaram vilas, como foi o caso de Soure, Salvaterra, Monforte, Monsarás e Chaves. A importância era tamanha que em vários relatos de época ressaltou-se a qualidade da carne produzida, além da produção de tainha salgada, na vila de Monforte, onde ficava o pescador real, que possuía importância vital para a capital Belém, tendo suprido, por décadas, de pescado e outros gêneros a capital da província (FERREIRA, 1786; JORNAL DE COIMBRA, 1813; BAENA, 1833; FERREIRA PENNA, 1876). Monforte foi retratado por Alexandre Rodrigues Ferreira, em uma de suas viagens à Ilha. A pintura, da figura 3, apresenta a Vila, possuindo um arranjo de casas, uma igreja, entre outras construções.

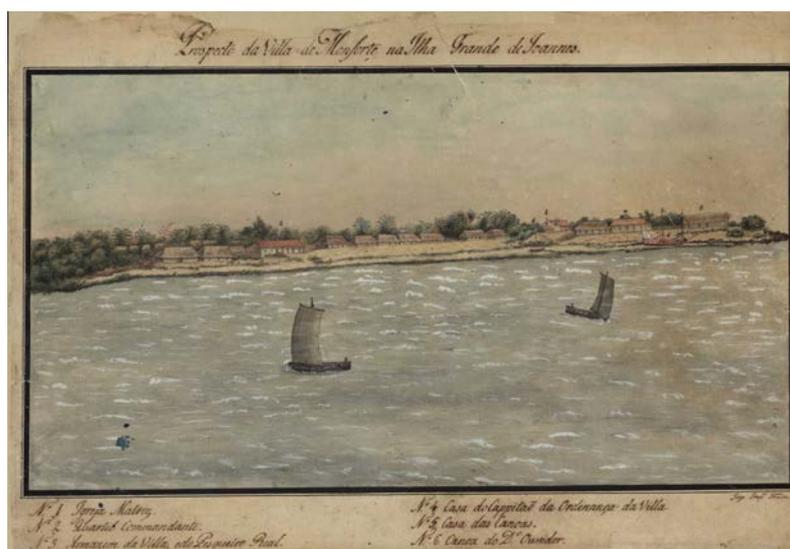


Figura 3. Vila de Monforte (Ilha do Marajó) (Fonte: FERREIRA, 1783).

Foi publicado uma parte dos “Diários das Visitas Pastorais do Exmo. D. Fr. Caetano Brandão, no seu Bispado do Pará”, que aconteceu entre os anos de 1784 e 1788, referente à visita do Frei Caetano à ilha de Marajó (JORNAL DE COIMBRA, 1813, p.105-140). Neste relato de viagem do Frei Caetano Brandão, no Jornal de Coimbra, vol. 4, nº 18, o Frei mencionou, em seus relatos que a vila de Monforte era

“huma das melhores Villas de Indios, que tem o Estado, tanto pela sua situação desafogada, e airosa, como pelo numero das casas postas em muito boa ordem; pela fartura de peixe; e ainda pela sagacidade, e policia dos Indios.(...) A Igreja he hum dos melhores Templos, que tenho encontrado fóra da Capital (...).

Estes relatos demonstram a importância da Vila de Monforte, que perdeu importância e se tornou, após o início do século XX, o distrito de Joanes, do município de Salvaterra.

Em 1813, outros relatos do foram publicados, no Jornal de Coimbra, nos quais o Frei descreve as características principais das povoações e vilas visitadas, como pode ser observado no quadro 1. Nestes relatos, observa-se que, entre todas as localidades visitadas, chama atenção a pujança alimentar de Soure e Mondim, que se mostram como as localidades mais importantes. As outras vilas e lugares, ou povoações, são tratadas, na maior parte das vezes, como lugares sem importância, pobres, até mesmo consideradas como pocilgas, como é o caso de Melgaço, ainda uma pequena povoação.

Quadro 1. Descrição das vilas e povoados da Ilha de Joannes pelo Frei Caetano (Fonte: elaborado pelos autores, a partir da publicação no Jornal de Coimbra, 1813).

Vilas/Lugares	Características
Breves	consta de alguns moradores pardos, e Índios; não tem igreja, nem capella, e distão da Freguezia, que é a Villa de Melgaço.
Cachoeira	Esta freguezia é de brancos: consta de 1500 alma, que se achão espalhadas por diferentes Lugares
Condeixa	30 almas. "Povoação sumida no mato"
Gurupá	O numero de pessoas brancas não excede a 300: tem mais alguns Índios. He terra pobre (...).
Melgaço	As casas da Povoação não tem diferença de pocilgas, tudo informe, irregular, e desmantelado.
Mondim e Soure	As casas de Soure estão cobertas de Telha e tanto estas, como as de Mondim, se achão caidinhas, e com aceio. Estas duas Povoações apenas contarão 300 Índios; porém tem varios moradores brancos, que com os escravos fazem grande número: são muito fartas de peixe, e de carne de vaca da melhor, que há em todo Estado
Monsarás	consta de 400 e tantas pessoas (...); porem as casas por serem muito açoutadas da chuva, e dos ventos, estão negras, e disformes no exterior.
Ponta de Pedras	não he muito grande: só consta de 200 Índios, e de alguns moradores Brancos, e Mamelucos. (...).
Salvaterra	he uma pequena Villa, que consta de 200 almas, Índios a maior parte. Tem vista muito agradável. Tem 42 casas
Villar	Apenas terá 40 almas. (...), as casas cobertas de palha

Obs. Os relatos referem-se ao ano de 1784, período da viagem do Frei Caetano. Foi mantida a grafia original.

Ainda no final do século XVIII e início do século XIX, como mencionado, a economia regional era movida pela produção de carne, peixe e alguns produtos agrícolas, como arroz, cacau, feijão, mandioca, cana e algodão (BAENA, 1833, p.223). A economia da borracha, que vai dinamizar a Região Amazônica, apenas vai se estabelecer após o ano de 1860 (SANTOS, 1980).

A oferta regional, de início limitada a artigos rudimentares de borracha, expandiu-se notavelmente até 1875, fazendo forte apelo a uma organização escravagista. (...). De 1825 a 1850, a produção comercial de borracha parece ter-se restringido principalmente a Belém e às ilhas, mas logo se expandiria até o Xingu e o Tapajós, no Pará (SANTOS, 1980, p. 75).

Esse período, de exploração da borracha, segundo Castro (2008, p. 13), foi o momento mais importante para a estruturação da rede urbana da Amazônia, em função da economia gerada a partir desse produto, de importância global. Assim, a medida que se expandia a produção da borracha, foram surgindo as pequenas cidades na região, como núcleos da extração e no escoamento da produção até os grandes centros, como Belém e Manaus (CASTRO, 2008, p. 18). É deste período o surgimento de algumas vilas e de elevação de alguns lugares à condição de vila, como pode-se observar na figura 4 (até 1833).

A figura 4 representa o processo de divisão das comarcas, em municípios e a mudança de categoria urbana das diferentes localidades, ao longo dos anos, desde 1780 até 1920. Em relação ao período econômico da borracha, as imagens referentes aos períodos até 1833 e até 1889 demonstram o quanto dinâmico foi este processo. Costa (2020) explica que a atividade extrativista foi tão intensa que se refletiu em um aumento populacional. Em trecho de Penna (1900, p. 95, apud Costa, 2020, p. 10), percebe-se essa influência:

No período de 1840 a 1870, o alto valor a que chegou a borracha, aumentando o número dos seus produtores, deu ocasião a se povoar uma parte das mattas da ilha: é assim que as margens do Affuá, Cururú, Anajás e Macapá, que ainda era somente habitadas pelos poucos descendentes directos dos antigos indígenas, receberam de prompto uma população mais ambiciosa, que infundiu sua energia e atividade n'aquelles impassíveis habitantes que não tardaram a ser envolvidos e mesclados na raça e no gênio mercantil dos seus hospedes.

Processo de Transformação das Cidades - Mesorregião do Marajó

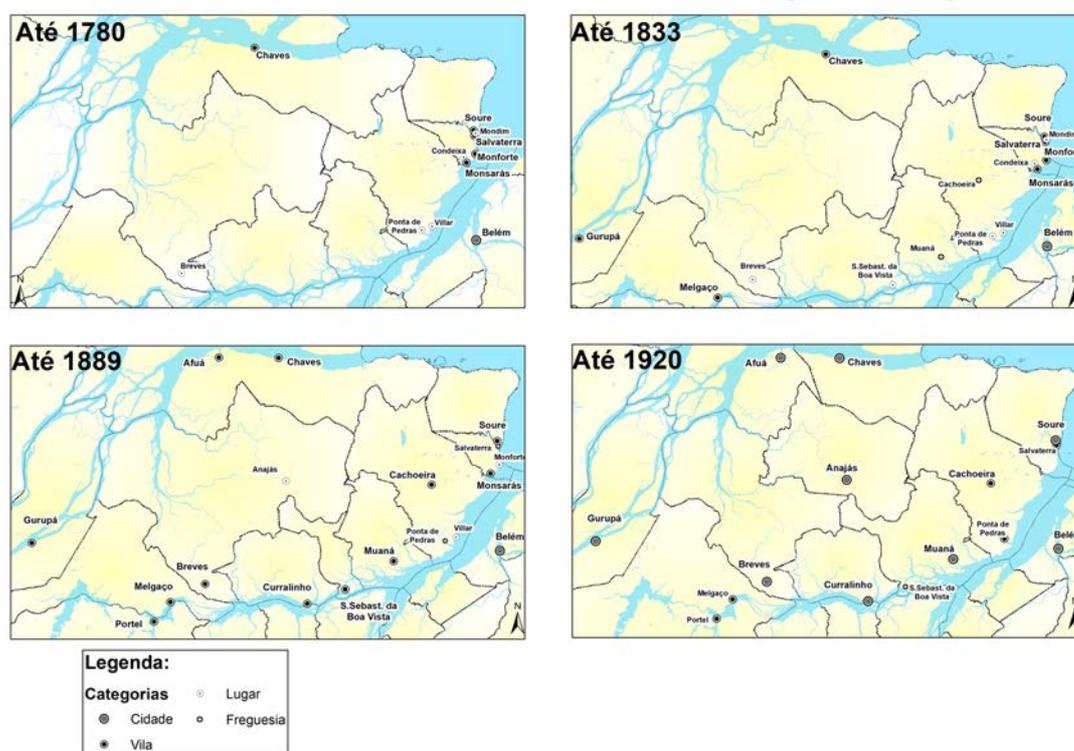


Figura 4. Processo de Transformação das Cidades da Mesorregião de Marajó (Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de diferentes fontes históricas, tais como o Diário do Frei Caetano Brandão, de 1784, o Relatório Baena, de 1833, o relatório Ferreira Penna, de 1876, entre outras fontes).

Costa (2020, p. 10) explica que, em 1900, os 10 maiores produtores de borracha, do Pará, maior produtor, eram responsáveis pela produção de 70% da goma, sendo que oito produziam 60% do total do estado, localizados no estuário do rio Amazonas (Breves, Gurupá, Afuá, Mazagão, Macapá, Melgaço, Anajás e Currealinho), seis situados no Marajó. Na tabela 1 pode-se observar a produção de borracha, nos diferentes municípios da mesorregião, entre o ano de 1900 a 1910.

A produção da borracha era importante para a economia nacional e regional e, portanto, “estabelecer um poder constituído iria contribuir para regularizar a produção, assim poderia dar aos notáveis, principalmente, aos produtores locais de goma, o status de elite” (COSTA, 2020, p. 11). Essa situação, associada ao início da república, explicam a elevação de várias vilas à condição de cidade, como demonstrado na representação cartográfica da figura 4, até 1920.

A constituição da República, de 1891, estabeleceu 52º que "O território do Estado é dividido em municípios, que constituem a base da organização estadual" e, no art. 68º, decretou a autonomia dos municípios, para garantir sua "competência" quanto aos seus "peculiares interesses" (BRASIL, 1891). Coube, então, às constituições estaduais, configurariam o seria "peculiar interesse". Neste aspecto, o Estado do Pará vai normatizar, por exemplo, o que seria "cidades, villas e povoações", por meio da Lei 324, de 6 de julho de 1895 (ESTADO DO PARÁ, 1895). De acordo com a Lei, foram definidos critérios populacionais mínimos, condição educacional da população, número mínimo de residências existentes e alguns serviços, que seriam considerados para aprovar a elevação de uma localidade a qualquer uma das três categorias urbanas.

Tabela 1. Produção de Borracha, entre os anos de 1900 e 1910, nos municípios da Ilha de Marajó (Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados de Coelho, 1910).

Municípios	1900	1905	1910	Varição
Soure	947	30	127	
Cachoeira	5996	11836	3306	
Ponta de Pedras	24993	31601	16945	
Muaná	143564	313131	97641	
Chaves	157390	234914	76536	
Bagre	193816	2464390	58428	
Portel	240794	336311	148175	
Afuá	425603	518970	199475	
Curralinho	438682	401905	158247	
Melgaço	540570	434166	148471	
Gurupá	552989	562773	184330	
Anajás	995272	933973	349112	
Breves	1547374	1205212	432224	

Obs. Os municípios de Soure, Cachoeira e Ponta de Pedras possuíam uma produção muito inferior aos demais.

No Marajó, quatro cidades surgiram a partir desta Lei: Afuá, Anajás, Muaná e Curralinho. Sobre esta questão, Costa (2020, p. 15) explica que

Na respectiva Lei, observa-se que o Estado do Pará estabeleceu critérios para criar qualquer uma das categorias urbanas (povoações, vilas e cidades). A Constituição Republicana, de 1891, repassou ao poder local a responsabilidade pela criação dessas categorias urbanas, quando afirmou que caberia às constituições estaduais cuidarem desse assunto (GARRIDO, 2012). Ao criar essa Lei, o Pará inovou, uma vez que o país não possuía nenhuma normativa que estabelecesse a definição oficial das categorias urbanas mencionadas. Entretanto, ao mesmo tempo, o estado não fiscalizou se os critérios especificados na Lei estavam sendo cumpridos. Como consequência, o Pará perdeu a oportunidade, naquele momento, de liderar um movimento de vanguarda que poderia nortear a elaboração de políticas públicas urbanas. Ao estabelecer esses critérios e não definir formas de fiscalização, o estado fez coro ao volume de leis que foram, e são, propostas, mas não respeitadas no país.

Dessa maneira, o Estado brasileiro fortalece a ideia do vazio demográfico por não colocar em relevo o urbano presente nestas pequenas cidades, como se as metrópoles regionais de Belém e Manaus detivessem uma dinâmica econômica sem os entrelaçamentos desses modos de vida, que Oliveira afirmou que "pulsam" nestes lugares. Eidorfe Moreira também apresentava o fato de

que geógrafos europeus tinham a região como anecúmeno pela pouca presença do homem (MOREIRA, 1960, p. 81), reforçado pelos governos militares que desejavam silenciar conflitos de terra no país, atraindo famílias para a região, no século XX, cujo slogan, naquele momento era de que a Amazônia “são terras sem homens, para homens sem terra” (PRESSLER, 2010, p. 164) e que se mantém internacionalmente pelo discurso ambiental e a prevalência da floresta, perpetuando a impressão de vazio demográfico.

Contudo, conforme apresentado neste artigo, a região possui pequenas cidades ribeirinhas que expressam um modo de vida urbano muitas vezes desconhecido no fenômeno de urbanização brasileira, mas elas estão presentes ali, as pessoas estão presentes ali, sendo necessário “ultrapassar as análises baseadas nas macroestruturas e no urbano genérico. Essas análises são fundamentais, mas insuficientes, pois é preciso considerar também as coisas simples, a vivência do dia a dia, o cotidiano” (OLIVEIRA, 2016, p. 205).

5. Considerações Finais

As localidades da Ilha de Marajó adquiriram a condição de cidade, de acordo com os diferentes momentos políticos e econômicos. O processo de transformação das cidades da mesorregião da Ilha do Marajó (figura 4), apresenta demonstra que, em princípio, o aspecto político, que foi a expulsão dos missionários jesuítas do Brasil, pelo Marques de Pombal, impulsionou a constituição das vilas de Soure, Salvaterra, Chaves, Monforte e Monsarás na Ilha. Tanto Monforte, quanto Monsarás, e os lugares de Condeixa, Mondim e Villar perderam importância entre 1780 e 1920, ficando isolados em termos de importância nas categorias (lugar, freguesia, vila e cidade), tendo alguns mudado de nome, como é o caso de Monforte, atual Joanes, ou se fundido a outra localidade, como ocorreu com Mondim que se integrou à Soure.

A economia relacionada a produção de carne manteve Soure, Salvaterra e Chaves em condição de vila e, antes mesmo da república, cidade. Outras localidades como ocorreram com Afuá, Anajás, Muaná e Currallinho, grandes produtores de goma, ou látex, a borracha natural, foram elevadas à condição de cidade por causa desta produção instigada por políticas econômicas para a região desde a ocupação territorial iniciada pelos portugueses, que conferiu importância econômica e política a estas localidades. O modelo de ocupação exercitado na região da Amazônia perpassou pelo processo da busca por uma integração territorial e o crescimento econômico que transformaram os espaços geográficos locais, que conferiu importância econômica e política a estas localidades. Após o ano de 1900, outras localidades foram consideradas cidades, por meio de leis estaduais específicas para isso, como foi o caso de Breves, Cachoeira do Arari, Melgaço, Portel e Santa Cruz do Arari.

No ano de 1920, estas localidades estavam consolidadas como pequenas cidades. As pequenas cidades, enfrentaram diferentes momentos políticos e econômicos, que foram conduzindo a sua trajetória urbana construindo uma urbanidade diferenciada e muito conectada às dinâmicas da morfologia local, ligadas às práticas sociais, à floresta, ao rio, cultura, ao processo histórico de ocupação, economia local e às formas e processos urbanos. São cidades que foram construídas ao longo de um processo histórico singular, que se reflete nas suas singularidades atuais e na particularidade da urbanização desta região. O processo de urbanização nessas cidades está associado a diferentes aspectos, um deles é processo histórico inicial de ocupação, à estrutura social e à economia local, resultantes da formação dos diferentes urbano na Ilha de Marajó e suas temporalidades

Esta discussão buscou avançar, na compreensão das especificidades de cada cidade, como os estudos sobre a cidade de Ponta de Pedras (COSTA et al., 2015), Afuá (COSTA, 2020) e Soure (COSTA; DOMICIANO e CARMO, 2022). Nossas observações vão ao encontro da observação de Schor e Oliveira sobre a Amazônia e suas cidades:

As novas faces postas para a Amazônia e especialmente para as pequenas cidades devem contribuir para superar a visão fundamental reduzida caricaturalmente que predomina sobre a região. Tais ações deveriam buscar as condições da urbanidade, o que significa reinventar os espaços coletivos como signo da nova cidade, não só como funcionalidade da produção, da circulação e da produção, mas como lugar das pessoas (OLIVEIRA e SCHOR, 2008, P. 25).

6. Agradecimentos

Os autores agradecem às agências fomento CNPq, pela bolsa de produtividade (processo nº XXXXX) e FAPESP-Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pelo projeto de pesquisa (processo XXXXX), sem as quais a realização desta pesquisa seria inviável.

7. Referências

- ABREU, M. A. A apropriação do território no Brasil colonial. In: CASTRO, I. E.; CORRÊA, R. L.; GOMES, P. C. C. (Org.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 197-245.
- ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. **Revista da Faculdade de Letras – Geografia I**, vol. XIV, Porto, 1998, pp. 77-97.
- ABREU, Maurício de. A apropriação do território no Brasil colonial. **CIDADES**, v. 8, n. 14, 2011. p. 539-568.
- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro, 1782-1850. **Ensaio corográfico sobre a província do Pará por Antonio Ladislau Monteiro Baena**, Cavalleiro da Ordem Militar de São Bento de Aviz, Mogo Fidalgo da Casa Imperial, Sargento-Mor de Artilharia, mitigo Professor da Aula Militar da sobredad Provincia, e Socio Correspondente do Instituto Historico e Geografico do Brasil. 1833. Para: Typographia de Santos & menor, 1839.
- BARROSO, Antônio Emílio Vieira. **Marajó: estudo etnográfico, geológico, geográfico na grandiosa ilha da foz do rio Amazonas**. Manaus: Associação de Imprensa do Amazonas, 1953.
- BRASIL. Constituição (1891). Lex: **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de fevereiro de 1891**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em: 29 out. 2022.
- CARDOSO, Fernando Henrique; MULLER, Geraldo. **Amazônia: Expansão do capitalismo**. Ed. Brasiliense. 1978.
- CASTRO, E. M. R. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. In: CASTRO, E. M. R (org.). **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, 2008. 352p
- CASTRO, Edna. Introdução: uma incursão temática à Belém. In: CASTRO, Edna (Org). **Belém de águas e ilhas**. Belém: CEJUP, 2006. p 13-21.
- COELHO, J. A.L. Quadro Demonstrativo dos Principais Gêneros de Produção do Estado Entrado na capital 1900 a 1910. In: COELHO, João Antônio Luiz. **Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. João Antônio Luiz Coelho Governador do Estado**. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1910, Edição 00001 (2), p. 263-273.
- CORRÊA, Roberto Lobato. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 15, n. 3, p. 5-12, 2011.
- COSTA, S.M.F.; DOMICIANO, G.V.; CARMO, M.B.S. O processo de formação e estruturação da cidade de Soure (PA), entre 1757 e 1900. XVII SIMPURB, 2022, Curitiba, UFPR. No prelo.

COSTA, Sandra Maria Fonseca da. Da construção à instalação de uma cidade, no estado do Pará: a formação da cidade de Afuá. **História (São Paulo)** [online]. 2020, v. 39 [Acessado 22 Dezembro 2022], e2020019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-4369e2020019>>. Epub 5 Out 2020. ISSN 1980-4369. <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2020019>.

COSTA, S. M. F.; MENDES, J. A.; LIMA, V. M.; ZANETTI, V. A.. CIDADES PEQUENAS DO ESTUÁRIO DO RIO AMAZONAS: TERRA DE QUEM? **Acta Geográfica (UFRR)**, v. 9, p. 19-35, 2015.

ESTADO DO PARÁ. **Lei 324, de 6 de julho de 1895**. Divide, civilmente, o estado do Pará em cidades, villas, povoações e declara a maneira de ser elevado qualquer lugar á categoria de povoação, villa e cidade. Coleção de Leis do Estado do Pará, Belém, 1900

FERNANDES, Rodrigo. **Parque do Flamengo revisitado: uma investigação geográfica através do pensamento de Henry Lefebvre**. 2022. 278 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. No prelo.

FERREIRA, A. R. 1783. Notícia histórica da Ilha de Joannes ou Marajó. In: MIRANDA, M. J. Alexandre Rodrigues Ferreira. **Rev. Livro**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 26, p. 47-64.

GLIELMO, Gustavo Ferreira. **O projeto português para a Amazônia e a Companhia de Jesus (1751-1759) – Reflexos do confronto entre absolutismo ilustrado e poder religioso na América Equinocial**. 2010. 238 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <<https://1library.co/document/qv85wx0z-portugues-amazonia-companhia-confronto-absolutismo-religioso-america-equinocial.html>>.

IBÁÑEZ-BONILLO, P. Aruás nos primeiros tempos do Diretório: fronteira, trabalho e poder na desembocadura do Amazonas (1757-1767): Frontera, Trabajo y Poder en la desembocadura del Amazonas (1757-1767). **Revista de História**, [S. l.], n. 178, p. 1-33, 2019. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2019.151893.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativas da População**. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 15 de nov. de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 82 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=resultados>>.

MARIN, Rosa Elisabeth Acevedo. Formação histórica do Pará e territorialidades específicas no Vale do Rio Tocantins, Ilha de Marajó e Calha Norte do Rio Amazonas. In: MENEZES, Carmen Roseli Caldas; MONTEIRO, Marcilio de Abreu; GALVÃO, Igor Maurício Freitas (ed.). **ZEE - Zoneamento Ecológico-Econômico das Zonas Leste e Calha Norte do Estado do Pará**. Belém, PA: Núcleo de Gerenciamento do Programa Pará Rural, 2010. p. 24-26.

MOREIRA, Eidorfe. **Amazônia: o conceito e a paisagem**. Rio de Janeiro: SPVEA (Serviço de Documentação). Coleção Araújo Lima, 3., 1960.

OLIVEIRA, José Aldemir. A produção da cidade na Amazônia: Tempos e Espaços de Ações e Reações. In: SPÓSITO, Elisei Sáverio ... [et al]. **A Diversidade da Geografia Brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016.

OLIVEIRA, José Aldemir de; SCHOR, Tatiana. Das cidades da natureza à natureza das cidades. In: Cidades Ribeirinhas da Amazônia: mudanças e permanências. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior e Maria Goretti da Costa Tavares (orgs). Belém: EDUFPA. 2008

OLIVEIRA, José Aldemir. Tempo e espaço urbano na Amazônia no período da borracha. **Scripta Nova**: revista electrónica de geografia y ciencias sociales, 2006, Vol. 10, <https://raco.cat/index.php/ScriptaNova/article/view/58235>.

OLIVEIRA, José Aldemir de. A cultura, as cidades e os rios na Amazônia. **Ciência e Cultura**, v. 58, n. 3, p. 27-29, 2006.

PRESSLER, Neusa. Ecnegócios e Cooperação Internacional: Novos Discursos Sobre a Amazônia. In: BOLLE, Willi; CASTRO, Edna; VEJMEKKA, Marcel. **Amazônia: região universal e teatro do mundo**. São Paulo: Globo, 2010.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel. 1985.

SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980. 313 p.

SPOSITO, Eliseu Savério; JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. **Cidades Pequenas: Perspectivas Teóricas e Transformações Socioespaciais**. Jundiaí, Paco Editorial: 2013. 148 p.

VASCONCELOS, P. de A. Questões metodológicas na geografia urbana histórica. **GeoTextos**, [S. I.], v. 5, n. 2, 2010. DOI: 10.9771/1984-5537geo.v5i2.3791. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/3791>. Acessado em: 14 abr. 2022.